



DESAFIO

# Pelos trilhos da formação contínua e da requalificação

Na sociedade do conhecimento, a formação ao longo da vida deve acompanhar todo o trajeto laboral das pessoas, independentemente do nível de estudos de que disponham. O desenvolvimento de Portugal só se fará com qualificações.

ALMERINDA ROMEIRA  
aromeira@jornaleconomico.pt

O futuro de Portugal requer pessoas qualificadas. Só com elas será possível construir uma economia mais produtiva e de maior valor acrescentado, capaz de pagar salários mais altos. Se traçar a meta não é difícil, o mesmo não se pode dizer do caminho para a atingir.

“Os desafios são vários, mas o principal passa por continuar a promover o reforço de competências do nosso tecido produtivo”, afirma Amílcar Falcão, Reitor da Universidade de Coimbra, ao *Jornal Económico* (JE). “É essencial — explica — aumentar o número de adultos que fazem formação ao longo da vida, reforçando ou adquirindo conhecimentos, assim como é fundamental continuar a ampliar o número de jovens com ensino superior concluído”.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), instrumento estratégico de política pública, trouxe recursos para que o sistema de ensino e formação avance nesse desiderato, como salienta Amílcar Falcão: “Espero que os novos projetos da Universidade de Coimbra (e de muitas

das suas congéneres), apoiados no âmbito dos programas “Impulso Jovens STEAM” e “Incentivo Adultos” do Plano de Recuperação e Resiliência, contribuam para essa evolução”.

Rui Pedrosa, presidente do Politécnico de Leiria, começa por dizer ao JE que “em primeiro lugar é fundamental continuar a reforçar o investimento no conhecimento e no ensino superior” e “aumentar os indicadores da qualificação dos portugueses, em particular de ensino superior, de modo a promover cada vez mais a valorização da empregabilidade qualificada, a inovação e a competitividade global de empresas e instituições”.

Do ponto de vista mais estratégico, o professor considera que o ensino superior precisa “formar profissionais competentes com capacidade crítica e de adequação, adaptando-se de forma dinâmica à evolução societal e do mercado de trabalho global”. Se as competências técnico-científicas, salienta, “são fundamentais”, as competências relacionais, emocionais e de cidadania “são decisivas” para a construção de uma sociedade melhor, mais coesa.

A formação superior qualificada tem de estar ao serviço desta causa,



**Rui Pedrosa**  
Presidente do Instituto Politécnico de Leiria



**António Almeida-Dias**  
Presidente da APESP - Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado



**Amílcar Falcão**  
Reitor da Universidade de Coimbra

dar-lhe resposta. Como? Através da criação de ofertas adequadas às necessidades societárias, adianta Rui Pedrosa. “Tal conseguir-se-á — explica — ora pela criação de ofertas adequadas às necessidades societárias, ora pela renovação da existente nos seus modelos e organização suportados por estruturas formativas flexíveis em que os estudantes desenham o seu próprio percurso formativo, escolham e combinem diferentes unidades curriculares de base e livres, abrangendo iniciativas promotoras da aprendizagem de conteúdos relevantes e atuais, e propiciadoras do desenvolvimento de competências transversais.

A flexibilidade dos percursos académicos proposta pelo presidente do IPEiria terá que ser suportada por “estruturas modulares de formação de curta duração”, que permitam quer formar jovens estudantes com competências de futuro, quer dar oportunidade para (re)qualificação avançada de profissionais ao longo das suas carreiras. “Será um grande desafio para Portugal na área das qualificações”, afirma Rui Pedrosa que considera a dimensão da qualificação avançada e/ou requalificação de profissionais ao longo das suas

carreiras determinante para a competitividade das empresas, das instituições, das regiões e do país.

Em 2021, Portugal ultrapassou os 400 mil estudantes no ensino superior, o maior número de sempre. António Almeida-Dias, presidente da APESP – Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado, destaca o caminho: “Portugal tem vindo a elevar os níveis de qualificação da sua população para valores praticados na União Europeia: temos mais jovens a ingressarem no ensino superior e a diplomarem-se, tendo o setor privado contribuído para esse aumento com um acréscimo de 30% nos últimos seis anos”. Mas alerta: “Esta trajetória positiva tem, no entanto, padecido da enorme dificuldade em se criarem ciclos de estudos inovadores, que respondam às reais necessidades de um mundo que está em constante mutação”.

Na sua perspetiva, os responsáveis pela acreditação dos cursos superiores em Portugal têm apresentado como exigência que as novas propostas tenham como base a existência de ciclos de estudos similares no país ou no estrangeiro. Resultado? “Tem sido um enorme entrave para a inovação na oferta formativa, inviabilizando, assim, novos cursos que poderiam formar muitos jovens para áreas que entretanto se tornaram emergentes”, afirma.

Dados da plataforma Brighter Future da Fundação José Neves mostram que o ensino superior passou de 37,4% em 2019, 41,9% em 2020 para 47,5% em 2021. Neste último ano, porém, 40,5% da população adulta registava ainda baixa escolaridade, apesar da queda acentuada face aos 44,6% e 47,8% dos dois anos anteriores. Ainda assim, Portugal segue na cauda da Europa neste indicador.

Mesmo no ensino superior, onde se registam grandes ganhos, as conquistas não foram uniformes. António Almeida-Dias olha para as duas faces da moeda. Se por um lado, há um grande avanço na qualificação de tipo universitário e politécnico, por outro, ainda muito há a fazer ao nível do ensino profissional e da qualificação pré-universitária. “Isso reflete-se na falta de mão de obra qualificada nos mais diversos setores da indústria e serviços”, conclui.

Ter um grau de escolaridade ou um canudo não se traduz hoje necessariamente em mais e melhores competências. Na sociedade do conhecimento, “a formação contínua deve acompanhar todo o trajeto laboral das pessoas, independentemente do nível de estudos de que disponham”, salienta Almeida-Dias. Nesse sentido, propõe a introdução de mecanismos reguladores que garantam a qualificação ao longo da vida, nomeadamente a aquisição e a adequação de competências ajustadas aos novos objetivos de trabalho. “As universidades e os institutos politécnicos que a APESP representa têm vindo a apostar em modelos de aprendizagens ao longo da vida, fazendo da sua oferta de licenciaturas, mestrados, doutoramentos e MBA instrumentos prestigiados das qualificações em Portugal”, adianta. ■